

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO – PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

FABIANE RAUBER

**GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL NA
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA-RS.**

**Porto Alegre - RS
Maio de 2015**

FABIANE RAUBER

**GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL NA
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA-RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Pública – modalidade a
distância da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para a
obtenção do título de especialista em
Gestão Pública

Orientador:

Prof. Dr. EBER PIRES MARZULO

Porto Alegre- RS

2015

FABIANE RAUBER

**GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL NA
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA-RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Pública – modalidade a
distância da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para a
obtenção do título de especialista em
Gestão Pública

Aprovado em 12 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof.

Porto Alegre- RS

2015

*“Aos municípios da Quarta Colônia de Imigração
Italiana do RS”*

AGRADECIMENTOS

À Deus pela força de vontade e persistência.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de fazer o curso nesta modalidade de forma gratuita.

Aos meus queridos colegas de curso pelo apoio e coleguismo, principalmente nos dias difíceis.

Ao meu namorado Gerson pela paciência e pelo apoio durante todo o curso, entendendo as dificuldades e dividindo o tempo.

As minhas amigas Anna e Claudia pela ajuda e sugestões na construção deste trabalho.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”.

(José de Alencar)

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo acerca da gestão pública do turismo nos municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. Teve como objetivos analisar as políticas públicas desenvolvidas nos municípios, identificando os gestores públicos atuantes nas secretarias de turismo e as ações conjuntas visando o desenvolvimento regional do turismo. Apresenta uma abordagem teórica acerca da gestão pública do turismo, da oferta turística, do planejamento da atividade e desenvolvimento regional do turismo. Na pesquisa de campo, aplicou-se um questionário com os gestores públicos de turismo da região de estudo sobre a composição da secretaria de turismo, a importância da atividade e o papel do turismo no desenvolvimento local e regional. Os resultados obtidos demonstram a necessidade de políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo, a continuidade de projetos de desenvolvimento, além da carência em pessoal capacitado para atuar na própria secretaria. Desta maneira ficou evidente que o sucesso no desenvolvimento do turismo precisa de uma maior integração entre os municípios.

Palavras-chave: Gestão pública do turismo. Planejamento. Desenvolvimento regional

ABSTRACT

This work consists of a study on the public management of tourism in the municipalities that make up the Fourth Colony of Italian Immigration RS. We aimed to analyze public policies developed in cities and to identify public managers working in the tourism departments and joint actions aimed at regional development of tourism. It presents a theoretical approach about public tourism management, tourism, planning of activity and regional tourism development. In the field research, we applied a questionnaire with public managers Tour of the study area on the composition of the tourist office, the importance of activity and the role of tourism on local and regional development. The results show the need for policies aimed at the development of tourism, the continuation of development projects, and the lack of trained personnel to work in their own office. Thus, it became clear that success in tourism development needs greater integration between the municipalities.

Keywords: Public management of tourism. Planning. Regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.....25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Situação dos Gestores de Turismo Atuentes.....	28
Tabela 2 –	Perfil dos gestores públicos de turismo.....	29
Tabela 3 –	Potencialidades dos municípios em desenvolver o turismo.....	30
Tabela 4 –	Importância que o turismo tem nas políticas municipais.....	31
Tabela 5 –	Importância atribuída aos atrativos para atrair visitantes/turistas.....	31
Tabela 6 –	Importância do turismo para desenvolver o município e a região.....	32
Tabela 7 –	Frequência das reuniões do CONDESUS.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO – CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES...	13
1.1 Oferta Turística.....	15
1.2 Planejamento do Turismo.....	17
1.3 Turismo e Desenvolvimento Regional.....	19
2. METODOLOGIA	22
2.1 Técnica utilizada.....	22
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	24
3.1 A Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	24
3.2 Gestores públicos de Turismo	28
3.3 O turismo e desenvolvimento dos municípios.....	30
3.4 Importância da atividade turística e política públicas	32
3.5 Discussões dos dados.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
APÊNDICE – Questionário de Pesquisa	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como linha de estudo a gestão pública do turismo nos nove municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, região central do Estado. A referida região possui um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente o rural e ecológico devido a sua diversidade natural, além de uma variedade de atrativos ligados ao turismo religioso e gastronômico.

Os municípios já foram contemplados com algumas ações de desenvolvimento do turismo regional ao longo dos anos, estando estas, porém estacionadas. O turismo para que possa ser realizado de forma concreta necessita de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade com contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades onde se insere. O desenvolvimento harmônico da atividade turística é o principal papel das políticas públicas aplicadas ao turismo, sendo, portanto, de responsabilidade do Estado propiciar, construir e planejar as atividades.

Para que o turismo não seja mais uma atividade econômica nesta região é essencial que sejam criadas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional da atividade e que sejam geridas de forma satisfatória aos envolvidos. Onde o gestor público de turismo tem papel fundamental ao conduzir as demandas de acordo com a oferta da atividade na região.

É sentida em todos os nove municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS a falta de integração entre os próprios municípios com viés ao desenvolvimento coletivo da atividade turística, sentida principalmente pela falta de políticas públicas. Analisar o turismo regional é uma tarefa difícil, pois abrange muito mais que questões econômicas de um grupo grande de cidadãos, que por vez divergem a cada eleição do foco que se pretende atingir.

A partir destas considerações o presente trabalho pretendeu responder a seguinte questão: Quais as políticas públicas desenvolvidas na Quarta Colônia, visando o desenvolvimento do turismo regional?

Para responder esta questão o presente trabalho teve como objetivo geral identificar as políticas públicas desenvolvidas na Quarta Colônia de Imigração

Italiana do RS, visando o desenvolvimento do turismo regional. Neste sentido buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar quem são os gestores públicos de turismo, sua formação acadêmica e forma de ingresso ao cargo;
- b) Contextualizar a gestão pública municipal de turismo e as ações conjuntas desenvolvidas;
- c) Identificar a oferta turística e sua importância na visão do gestor público de turismo de cada município.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, foram abordados temas da gestão pública do turismo no Brasil, oferta do turismo, planejamento da atividade e o desenvolvimento regional do turismo. O segundo capítulo apresenta os métodos de pesquisas utilizados juntamente com a técnica abordada. No terceiro capítulo são apresentadas as análises dos dados da pesquisa, mostrando a relação dos municípios com a atividade turística, a realidade do setor em cada município e suas ações individuais e conjuntas visando o desenvolvimento regional da atividade turística. Por último, apresento conclusões a respeito da gestão pública do turismo nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.

1. GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO – CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

O Turismo no Brasil ganhou novos olhares, com o passar dos anos, não mais apenas como um país de um amplo acervo ambiental, mas como sendo capaz de desenvolver a atividade de forma econômica, social e cultural, mas para que isso acontecesse era mais do que necessário o estabelecimento de políticas específicas para o turismo, estratégias de ação e planejamento da atividade além de alianças entre o setor público e privado (BARRETO, 2000).

De acordo com o Ministério do Turismo ao desenvolver políticas públicas voltadas ao turismo é necessário que haja entendimento de que planejar o espaço regional é muito mais do que estruturar os atrativos, “se insere, nos pequenos e médios municípios, o urbano e o rural, onde viver e conviver são atividades integradas por meio do comércio, das prestações de serviços, das raízes culturais” (BRASIL, 2007, p.22).

“As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (SEBRAE, 2008). Devem ser muito bem planejadas e sua implantação requer uma análise minuciosa onde cada decisão refletirá diretamente na vida da sociedade envolvida.

Cruz (2002, p. 40) traz um conceito de política pública para o turismo como sendo:

[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do Poder Público, em virtude do objetivo geral de alcançar e dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Da maneira em que o turismo ganha destaque na economia brasileira viu-se a necessidade de criar uma política voltada a atividade, sendo através do Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1996 instituída a primeira Política Nacional de Turismo no Brasil, criado assim o Conselho Nacional do Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (CARVALHO, 2014).

A EMBRATUR surgiu como aporte as necessidades que o setor de turismo enfrentava, pois através dele conseguiu-se estruturar uma política de turismo capaz

de atrair recursos e investimentos para o setor, melhorando assim a infraestrutura existente e criando novos espaços, conforme apresentado por Trigo (2007, p.12):

A Embratur no ano de 1996 estruturou uma política nacional de turismo; investimentos nacionais e estrangeiros jorraram em hotéis, parques temáticos e projetos ligados a entretenimento; a privatização das telecomunicações e de várias rodovias provocou melhoras na infraestrutura; houve o crescimento da formação profissional em todos os níveis (superior, médio e básico); novos cursos como hotelaria, gastronomia e lazer somaram-se aos cursos de turismo como formadores de profissionais qualificados; e vários estados, municípios, empresas privadas e ONGs compreenderam a importância do turismo como fator de desenvolvimento e inclusão social.

Através disso começa a intensificar o interesse da comunidade em acreditar em uma forma de desenvolvimento de um turismo sustentável capaz de gerar lucro por meio do Programa de Municipalização do Turismo – PNMT, que pode ser definido como sendo:

“A conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento componentes da estrutura do município, para que despertassem e reconhecessem a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e de herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos” (BRASIL, 2007 p.16)

A partir de então no ano de 2003 a atividade turística começa a ganhar ainda mais expansão na política brasileira, quando é criado o Ministério do Turismo. Tendo como missão “desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social” (BRASIL, 2007).

O turismo vem ganhando importância em todo o mundo devido ao importante papel no desenvolvimento econômico e social. De acordo com dados preliminares da Organização Mundial do Turismo o número de viajantes cresceu 4,7% pelo mundo, podendo ultrapassar o número de 1,1 bilhão de viajantes (MTUR, 2015).

Há “necessidade das políticas públicas no Brasil para guiar o planejamento, o crescimento, desenvolvimento e gestão de localidades e empreendimentos turísticos” (HENZ, LEITE, ANJOS, 2010. p.3). Desta maneira torna-se necessário que haja sintonia entre o poder público e a iniciativa privada para que o planejamento turístico, seja em escala nacional, estadual ou municipal, torne-se completo e que se tenha monitoramento deste processo.

1.1 OFERTA TURÍSTICA

O turismo é uma atividade muito importante no setor econômico mundial, pois é uma atividade segmentada que abrange diversas modalidades e que atendem a uma fatia de público interessada por determinados serviços e produtos que a atividade abrange. Esta segmentação refere-se a um grupo de consumidores que possuem interesses em comum ou com características semelhantes, cuja técnica ou estratégia pode desenvolver e alavancar o mercado alvo e melhorar a relação entre custo e benefício na divulgação e desenvolvimento da atividade (KOTLER, 2000).

Para Tulik (2006) nas diferentes segmentações do turismo o conhecimento do cliente real do cliente potencial possibilita aos idealizadores da atividade identificar e determinar o público alvo desejado e a captação de segmentos possíveis a determinados componentes da oferta. A segmentação da atividade permite racionalizar a oferta, regularizar a capacidade de recepção do destino e assim evitar desperdícios de recursos.

A oferta turística é composta pelo conjunto de atrações naturais e artificiais e pelo produto de uma região. Sendo que este visa suprir as necessidades e gerar a satisfação dos turistas através da qualidade, fator primordial para a vantagem competitiva do produto turístico (MENEZES et al., 2009). Resumidamente, ocorre troca de relações entre turistas e população em geral quando aqueles que possuem algum interesse passam a adquirir bens e serviços em espaços compartilhados.

A atividade turística, ou seja, a oferta de algum produto ou serviço ocorre apenas quando há interesse, quando pessoas procuram determinada atividade para satisfazer suas necessidades, sejam elas físicas ou psíquicas. E é a maneira como esta atividade é oferecida aos visitantes que irá determinar o seu retorno e a divulgação daquele destino.

Para Ruschmann; Toledo (2004) a qualidade da oferta turística surge de uma ação coletiva que exige desempenho de todos os envolvidos no ciclo de produção e consumo, bem como a percepção do cliente em relação ao produto ofertado.

Como em qualquer produto ou serviço que é ofertado no mercado de modo geral, é preciso que haja qualidade, pois é ela que determinará o sucesso do desenvolvimento ou não da atividade. No caso do turismo, embora não haja tanta

competição em cidades do interior, é de fundamental importância satisfazer os visitantes para que estes retornem e façam a chamada propaganda 'boca a boca' (ELESBÃO; ALMEIDA, 2001).

Qualquer produto ou serviço turístico deve se preocupar com as ações de promoção e divulgação que irão utilizar para definir que tipo de clientela envolver. Para tal, devem considerar que os produtos turísticos podem ser divididos em bens turísticos que proporcionam alguma satisfação e serviços turísticos que são usufruídos pelos visitantes. A prestação de serviços refere-se a execução de um serviço que gera satisfação por meio de uma troca de conhecimentos e ajuda mútua (MENEZES et al., 2009).

De acordo com Elesbão e Almeida (2001) a oferta turística apresenta uma característica peculiar, a oferta não pode ser estocada, e sim, consumida no local devido a impossibilidade de transportá-la e ser o consumidor quem deve procurar essa oferta.

Desta forma, Dias (2003) diz que o turismo, enquanto atividade a ser integrada no modelo de desenvolvimento local, apresenta características específicas tendo como a mais importante é que a matéria-prima deve ser consumida no local. Esta característica diferencia a atividade turística das demais atividades econômicas.

Para Trigueiro (1999, p. 15):

Ao contrário de produtos tangíveis, o produto turístico é produzido pelos fornecedores no momento em que é consumido pelos clientes; não é fácil padronizá-lo e a sua qualidade, muitas vezes, é difícil de prever; nenhum produto turístico é exatamente igual a outro, não pode ser armazenado, e tem uma sazonalidade que influencia a decisão de sua procura.

O surgimento de uma nova sociedade formada por tempos de trabalhos flexíveis permitiu o aparecimento de novos estilos de vida, de lazer e entretenimento. Assim, ocorre a busca por novos produtos e serviços que satisfaçam essas necessidades emergentes. Tais fatos evidenciam a necessidade de produtos e serviços turísticos inovados que criem ofertas com novos componentes que permitam experiências inéditas (CAVACO, 2006).

Ainda, para Cavaco (2006, p. 66), "estas ofertas pressupõem outros equipamentos e infraestrutura, que condicionam as oportunidades de desenvolvimento do turismo por parte das comunidades locais ou regionais". Acresce também a globalização do fenômeno e a forte concorrência entre destinos

que ofertam os mesmos produtos, a pressão para redução dos custos e o aumento da qualidade.

Quando falamos sobre oferta turística entendemos também que não é uma ação isolada e que esta, para se desenvolver precisa de pessoas que trabalhem unidas e que tenham os mesmos objetivos em relação a atividade proposta. Tanto comunidade como órgãos públicos devem trabalhar em conjunto e assim ofertar produtos com qualidade e que satisfaçam as expectativas dos visitantes.

Os órgãos regionais de turismo devem trabalhar em conjunto, ou seja, unir-se para garantir que haja desenvolvimento do turismo e assim, ofertar produtos com qualidade, que assegurem a preservação, a economia e as peculiaridades culturais, geográficas e gastronômica da região (KASTENHOLZ, 2006).

A oferta turística engloba todos os recursos naturais e artificiais de uma determinada região e o interesse em comum de determinadas pessoas que procuram bens e serviços para satisfazer suas necessidades é que movimenta e impulsiona o desenvolvimento do turismo. Além de ser um recurso que deve ser consumido no local, o produto ofertado deve ser de boa qualidade e inovado periodicamente para que haja procura e divulgação dos produtos ofertados.

1.2 PLANEJAMENTO DO TURISMO

O turismo como qualquer outra atividade precisa ser muito bem planejada antes de ser implementada, pois não é uma tarefa fácil, exige conhecimento e técnica para que os objetivos sejam atingidos de forma eficaz. Quando planejado pode ser uma importante opção para o desenvolvimento econômico sustentável de uma região. Para Ruschmann (2004, p. 3), “as atividades turísticas organizadas em consonância com o respeito ao meio ambiente natural e cultural geram empregos e receitas e, conseqüentemente melhoram a vida da comunidade”.

Segundo Barros, (et al, 2008. p.15):

O planejamento sistêmico aplicado juntamente com o desenvolvimento regional endógeno, que consiste em um modelo de desenvolvimento realizado de baixo para cima, estruturado a partir dos agentes locais, das potencialidades socioeconômicas originais do local, se apresenta como modelo apropriado para o desenvolvimento do turismo na aplicação de propostas sustentáveis, pois possibilita melhores condições para a

sustentabilidade econômica, social e subsidia o desenvolvimento ambiental do turismo.

Ao ser bem planejado o turismo pode trazer consigo alguns impactos positivos como destacado por Dall Agnol (2012) contribui para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, criação de empregos e novos postos de trabalho, melhora os laços de comunicação, entre outros. Porém, ainda segundo o mesmo autor, a falta de planejamento na atividade pode trazer consigo os efeitos negativos como aumento do custo de vida, degradação do patrimônio, perda da identidade e prejuízos e barreiras sociais, perda de qualidade dos produtos ofertados (problemas com a gastronomia), poluição em geral.

Segundo Rauber (2012, p.10 apud SOUZA 2002, p. 17), a atividade turística pode ser considerada “complexa, de importância crescente e de significativo potencial de impacto (positivo e negativo) sobre as relações sociais e o ambiente, o turismo merece, por isso, mais que um lugar subalterno no contexto da reflexão teórica sobre o desenvolvimento”. O planejamento da atividade deve tentar sempre maximizar os benefícios dos efeitos positivos e minimizar os negativos, visando o bem-estar da comunidade envolvida direta e indiretamente com atividade turística.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007, p.23)

Todo o planejamento, para definir uma previsão de futuro, deve basear-se na identificação e análise das oportunidades e das ameaças existentes, assim como numa avaliação de seus pontos fortes. Os pontos fortes serão explorados em benefício da sociedade. Os pontos fracos servirão para conhecer limitações, a fim de superá-las.

O planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística deve ser participativo, estar em envolvimento com a comunidade, pautado na agenda de políticas públicas, pois, segundo Barreto (2005, p.32) “o planejamento implica a aplicação de políticas preexistentes ou a elaboração de novas, assim como de planos, programas, projetos (...)” a sociedade deve estar empenhada na busca da utopia do bem comum.

Ao planejar o turismo a nível municipal, é preciso conhecer os potenciais e os atores envolvidos, para isso pode-se adotar como ponto inicial a elaboração de Plano Municipal de Turismo que segundo Ashton; Garcia (2008, p.189):

Trata-se de um documento que pode envolver muitos projetos e programas que visam a ações futuras (ligadas ao turismo), organizadas através do estabelecimento de objetivos, prazos, metas, responsabilidades,

orçamentos, além de outras formalidades metodológicas, com o objetivo de organizar as ações, de obter melhores resultados, além de atuar como estratégia para promover o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo no meio receptivo.

A atividade turística, quando planejada a nível local ou regional, precisa do conhecimento técnico e político a respeito de normas e orçamentos necessários que para Hall (2004, p. 29) “as exigências do planejamento turístico e de intervenção do governo no processo de desenvolvimento são respostas típicas aos efeitos indesejados do desenvolvimento no setor, especialmente em âmbito local”. Por isso, é importante haver planejamento e que este seja feito de forma construtiva e colaborativa com os envolvidos, de modo a atender as reais necessidades do setor.

1.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO

Há uma tendência de entender o turismo como estratégia de desenvolvimento regional trabalhando na busca das potencialidades locais, através de estudos dos fatores internos à região, planejando a atividade de forma conjunta com a comunidade envolvida, visando o bem-estar e o desenvolvimento econômico para toda a sociedade.

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (incrementos positivos no produto e na renda) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Segundo Beni (2000), o turismo surge como elemento importante na vida social e econômica da comunidade regional, reflete as reais aspirações das pessoas na busca de novos lugares, assimilando diferentes culturas, de forma a beneficiar-se com atividade.

Para Barros (et al, 2008, p. 10):

O desenvolvimento do setor deve se equilibrar em um tripé – crescimento econômico / equidade social / equilíbrio ecológico – induzindo um equilíbrio de responsabilidade comum como processo de mudança na qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso.

O desenvolvimento de localidades através da atividade turística precisa ser planejado de forma sustentável, e com apoio incondicional da comunidade receptora, sendo estes os principais atores envolvidos diretamente com a atividade, pois a atividade turística pode trazer consigo efeitos positivos e/ou negativos:

O turismo, quando planejado e executado dentro dos princípios conceituais da sustentabilidade, fortalece a cultura local e regional preservando a identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, grupos e regiões, com elevação da auto-estima dos indivíduos/cidadãos (BRASIL, 2007, p. 27)

Desta maneira o desenvolvimento do local através do turismo, quando este planejado, surge como transformador do meio em que se insere, seja econômico, social ou cultural. Segundo Oliveira (2002, p.40) “O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Com vistas ao desenvolvimento do turismo regional e integração entre os setores envolvidos, o governo federal através do Ministério do Turismo criou Programa de Regionalização do Turismo:

[...] tem como premissa, promover formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento, visando a integração regional através de projetos de valorização e inclusão social no desenvolvimento do turismo, fortalecendo a inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo (BRASIL, 2007).

Ainda segundo o Ministério do Turismo ao planejar ações através de “políticas públicas para o desenvolvimento do turismo exige a compreensão de que planejar o espaço regional vai muito além da simples estruturação de atrativos” (BRASIL, 2007, p. 22). É preciso agregar o rural e o urbano, grandes, médios e pequenos municípios, comércios e empreendedores, lideranças comunitárias com viés ao desenvolvimento conjunto da atividade.

Para Hall (2004, p. 29).

O rápido ritmo do crescimento e desenvolvimento turístico, a natureza do turismo em si e a correspondente ausência de um único órgão responsável pelo desenvolvimento no setor muitas vezes geraram respostas específicas do setor público aos impactos do turismo exercido em determinados destinos, e não estratégias predeterminadas visando a objetivos de desenvolvimento. Tal abordagem é a antítese do planejamento.

Por fim as ações voltadas ao desenvolvimento regional devem ter seu início em cada município, uma vez que o processo de desenvolvimento se inicia no

município. Por isso são dinâmicas, ajustam-se aos tempos e aos estágios de cada município, estado e região, respeitam os compromissos pactuados e incorporam novos (BRASIL, 2007).

Para Oliveira e Lima (2003), falar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, falar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. Assim a comunidade precisa participar da construção de ações e políticas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística, para que ela se torne fonte de desenvolvimento dos locais, não apenas econômica, mas também social e cultural, agregando valores aos locais e cidadãos envolvidos direta e indiretamente na atividade.

2. METODOLOGIA

Para responder os objetivos o presente trabalho tem caráter qualitativo/descritivo. A “pesquisa qualitativa é adequada para se obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, porém não permite a generalização em termos de probabilidade de ocorrência” (DENCKER 1998, p. 107). Para Marconi e Lakatos (2004, p. 264), a pesquisa qualitativa “[...] preocupa-se em analisar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”, com isso possibilitando uma compreensão mais detalhada do problema a ser pesquisado.

Já no que se refere ao estudo descritivo há importância de ouvir os envolvidos na busca da percepção que esses têm em relação ao papel do turismo no desenvolvimento local. Para Dencker (1998, p. 124), a pesquisa descritiva “[...] procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis, utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados como a entrevista a qual é bastante adequada para obtenção de informações”.

A pesquisa ainda pode ser também enquadrada como um estudo de caso, segundo Gil (2002, p. 55) tem por objetivo “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”, onde o participante não interfere no objeto de estudo, apenas o apresenta como foco de estudo.

Para aprofundamento dos assuntos foi feita uma pesquisa bibliográfica que ocorre com base em dados secundários, livros, revistas, artigos, entre outros, onde “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 57). Neste caso, a pesquisa bibliográfica auxiliou na base teórica acerca da gestão pública do turismo, embasada no presente trabalho.

2.1 TÉCNICA UTILIZADA NA PESQUISA

Foi aplicado um questionário (APÊNDICE) via meio eletrônico (e-mail) e por telefone ao gestor de turismo de cada um dos nove municípios pesquisados com

questões abertas e fechadas, visando responder os objetivos propostos inicialmente. Os métodos escolhidos acima foram de acordo com sua agilidade na resposta, sendo que as informações foram obtidas nos sites das prefeituras municipais. Os dados coletados foram organizados em forma de texto e tabelas, onde a partir dos resultados foram feitas as análises.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem como propósito apresentar uma análise da pesquisa de campo, realizada através questionários junto aos nove municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.

Inicialmente é apresentado um breve resumo a respeito da região estudada, sua formação histórica e características. Posteriormente são apresentados dados dos gestores públicos atuantes nas secretarias de turismo. Seguindo, são mostrados dados do turismo e desenvolvimento dos municípios.

Na sequência são apresentadas as análises sobre a importância do turismo e políticas públicas nos municípios da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.

3.1 A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS

A área do estudo concentra-se na região central do estado do RS, conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana. O início da colonização da Quarta Colônia ocorreu no ano de 1877 na região centro oeste do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul (BIANCHI, 2007). Sua formação histórica foi constituída por diferentes grupos étnicos, entre eles os nativos da região, os africanos, os europeus como os portugueses alemães e italianos, destacando-se o predomínio destes últimos.

Desta maneira com a ocupação principalmente, italiana da região central do Rio Grande do Sul, de uma população com anseios de reproduzir e reproduzir sua terra e proporcionar o desenvolvimento local e de suas famílias acabaram transformando o espaço onde se inseriram (MANFIO, 2012).

Os lotes da então Quarta Colônia começam a ser ocupados, sendo criados os povoados de Vale Vêneto (1878), Arroio Grande (1879), São Marcos (1879), Ribeirão (1880), Val Veronês (1880-1888), Soturno (Nova palma - 1878), Núcleo Norte (Ivorá-1883), Geringonça (Novo Treviso - 1884) e outros menores. Mais tarde também são criados os povoados de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine (SANTIN; ISAIA, 1990).

Estes povoados começam-se a emancipar-se no final da década de 50, que segundo Bianchi (2007) a emancipação surgia como uma forma de melhoria na qualidade de vida da população no acesso aos direitos básicos como educação, saúde e na geração de empregos.

Inicialmente a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS era constituída por sete municípios, porém de acordo com Saad (et al 2012, p. 57) “por questões político-econômica, integram ainda a Quarta Colônia, os municípios de Restinga Seca (com colonização Portuguesa) e Agudo (colonização alemã)”, completando assim nove municípios.

Figura 1 – Mapa de Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS

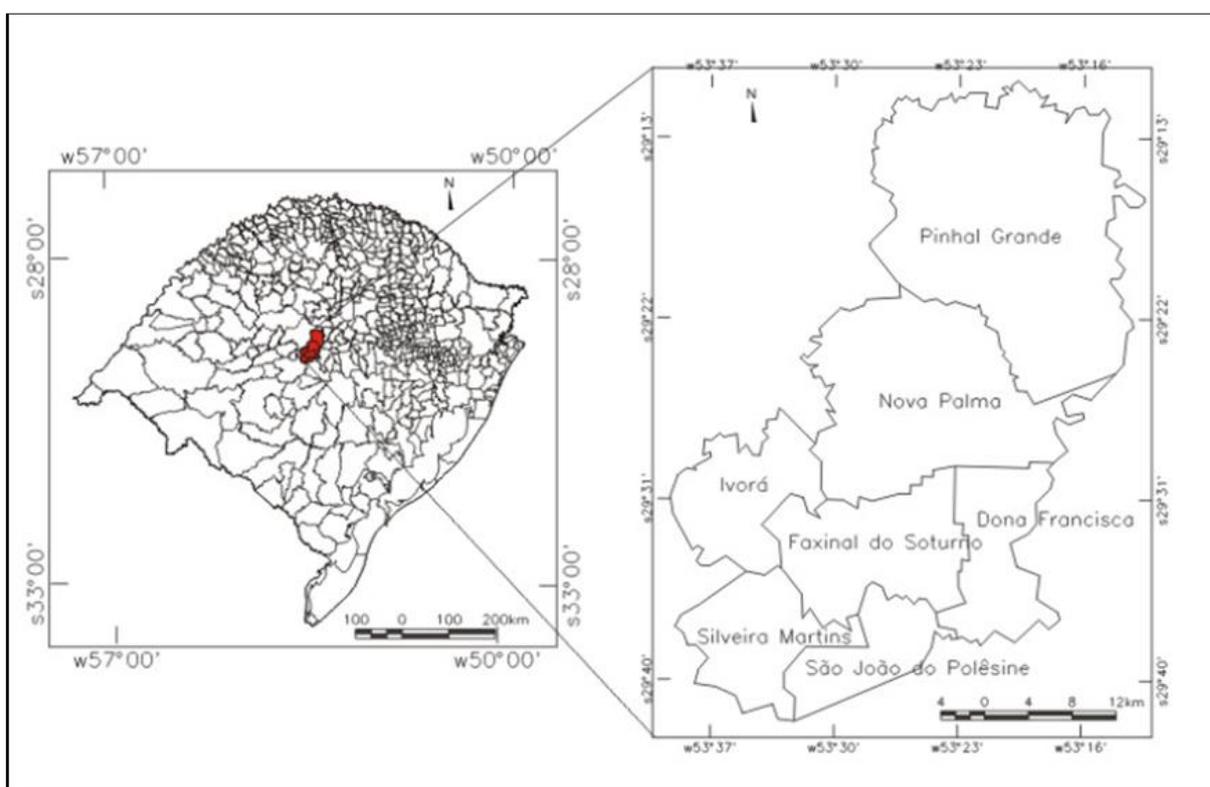


Figura 1- Localização da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Fonte: PICCIN (2009, apud FEE, 2005)

1) Faxinal do Soturno emancipado do município de Cachoeira do Sul em 1959, tendo o nome FAXINAL originado da denominação dada a vegetação rasteira que cobria esta região na época da colonização. Já o nome SOTURNO teve sua origem segundo relatos no atual rio Soturno que possuía um aspecto perigoso. Atualmente em uma área de 169,902 km² conta com uma população de 6.672 habitantes, distante aproximadamente 219 km da capital Porto Alegre

(PREFEITURA DE FAXINAL DO SOTURNO, 2015). Seus principais atrativos turísticos são: Ermida de São Pio de Pietrelcina, Santuário Mãe Rainha, Igreja Matriz São Roque, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Museu Fotográfico, Museu Histórico de Novo Treviso e Cerro Comprido.

2) Dona Francisca, fazia parte da antiga Colônia de Santo Ângelo, sendo criado em 1883 e emancipado em 1959 do também município de Cachoeira do Sul. Seu nome é uma homenagem a esposa de Manoel José Gonçalves Mostardeiro, morador da fazenda que servia de sede da cidade e fundador da primeira escola. A 270 km de Porto Alegre, possui uma área de 114,3 km² e uma população de 3.401 habitantes (PREFEITURA DE DONA FRANCISCA, 2015). Principais atrativos turísticos: Réplica de Casa Alemã, Casa de Cultura Umberto Cassol, Casa Italiana, Cascata Segatto, Caverna do Morcego, Cruzes Iluminadas Pe. Manuel Gonzalez e Coroinha Adílio Daronch, Igreja Matriz São José, Monumento Coroinha Adílio Daronch, Morro Santo Antonio, Morro Nossa Senhora dos Navegantes, Parque Histórico Municipal Obaldino Tessele, Praça José Iop e Porto Rio Jacuí.

3) Nova Palma, emancipado de Júlio de Castilhos em 1960, recebeu a atual denominação devido ao grande número de palmas existentes. Conta atualmente com 6.342 habitantes e uma área de 313,5 km² (PREFEITURA DE NOVA PALMA, 2015). Seus principais atrativos estão ligados a natureza e a religiosidade como: Balneário Atilio Aléssio, Cascata das Pedras Brancas, Cascata do Pingo, Caverna de Nossa Senhora de Fátima, Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, Gruta Indígena, Igreja Matriz Santíssima Trindade, Monumento à Nossa Senhora da Salete, Praça Pe. João Zanella, Usina Hidrelétrica da Celetro, Usina Hidrelétrica Dona Francisca e Usina Hidrelétrica Nova Palma.

4) Silveira Martins berço da colonização italiana da Quarta Colônia teve sua emancipação de Santa Maria em 1987, possui traços marcantes da história e identidade cultural italiana. Seu nome é uma homenagem ao senador da república do Brasil na época Gaspar Silveira Martins, o qual contribuiu no desenvolvimento da colônia. Conta com uma população de 2.449 habitantes em uma área territorial de 118,2 km². Distante aproximadamente 285 km da capital e a 30 km da cidade de Santa Maria (PREFEITURA DE SILVEIRA MARTINS, 2015). Seus atrativos turísticos são: Monumento ao Imigrante, Espaço de Memória, Praça Giussepe

Garibaldi e Conjunto Histórico da Pompéia. Conta também com uma Rota Turística Gastronômica.

5) Ivorá emancipado em 1988, sendo este também o nome denominado pelo Instituto Histórico e Geográfico do estado a primeira vila da cidade, denominação indígena que significa "Rio da Praia Formosa". Conta com uma área territorial de 122,9 km² e uma população de 2.156 habitantes, distante 360 km de Porto Alegre. (PREFEITURA DE IVORÁ, 2015). Atrativos turísticos: Morro da Cruz, Casa Alberto Pasqualini, Complexo Arquitetônico da Matriz São José, Monte Grappa e Cruz Luminosa.

6) São João do Polêsine emancipa-se da cidade de Faxinal do Soturno em 1992, seu nome é uma homenagem a cidade de "Polêsine" no norte da Itália, nas planícies férteis do Vale do Rio Pó. Área territorial de 79,2 km² e uma população de 2.635 habitantes, localizando-se aproximadamente a 270km de Porto Alegre (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 2015). Atrativos Turísticos: Casa Museu Diácono João Luiz Pozzobon, Igreja Matriz São João Batista, Monumento da Máquina a Vapor, Monumento Nossa Senhora da Salete e Distrito Turístico de Vale Vêneto.

7) Pinhal Grande emancipado do município de Julio de Castilhos em 1992, teve seu nome ligado a mata nativa, especialmente a mata de pinhais. Sua população atual é de 4.471 habitantes em uma área territorial de 477,125 km², localizando distante aproximadamente 320 km (PREFEITURA DE PINHAL GRANDE, 2015). Principais atrativos turísticos: Mirante Paga Peão, Cascata Da Várzea, Cascata Da Ferreira, Alague Da Barragem De Dona Francisca, Alague da Barragem de Itaúba e Igreja Matriz São José.

8) Restinga Seca surgiu do município de Cachoeira do Sul, em 1899, recebe este nome devido, a sua situação geográfica, Restinga (orla de bosque ou mato em baixadas, à margem do arroio ou sangas) Seca (origina de uma sanga denominada Passo da Porteira, que em época do ano, ficava com pouca água e cortava o curso). Conta com uma área de 968,496 km² e uma população de 15.849 habitantes, distante 277 km de Porto Alegre (PREFEITURA DE RESTINGA SECA). Atrativos turísticos: Balneário das Tunas, Buraco Fundo, Estação Férrea e Ponte do Império.

9) Agudo é o berço da Colônia Santo Ângelo, instalada pelo Governo Provincial (Presidente Ângelo Muniz Ferraz), entre os anos de 1857 e 1885. Emancipando-se através da Lei nº 3.718 de 16 de fevereiro de 1959. Nome se originou de um morro localizado a oeste do município, com 429 metros de altura. Sua população é de 16.722 habitantes em uma área territorial de 536,114 km², localizando a 250 km da capital. (PREFEITURA DE AGUDO, 2015). Principais atrativos turísticos: Balneário Drews, Balneário e Cascata Friedrich, Balneário Hoffmann, Cascata Raddatz, Instituto Cultural Brasileiro Alemão de Agudo, Morro Agudo, Rampa de Asa Delta e Paraglider e a Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

3.2 OS GESTORES PÚBLICOS DE TURISMO

O gestor público de turismo foi considerado como sendo a pessoa responsável por administrar, planejar e gerir a atividade de forma a garantir o pleno desenvolvimento da mesma. De acordo com dados coletados através do questionário de pesquisa, os gestores de turismo tiveram em oito dos casos seu ingresso mediante contratos, sendo apenas no município de Nova Palma o ingresso feito através de concurso público. Sendo também em oito municípios o tempo de atuação no cargo menor que quatro anos, tendo somente no município de Dona Francisca a atuação em sete anos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Situação dos gestores de turismo

Município	Forma de Ingresso		Tempo de atuação	
	Contrato	Concurso	Menos de 4anos	Mais de 4anos
Agudo	X		X	
Dona Francisca	X			X
Faxinal do Soturno	X		X	
Ivorá	X		X	
Nova Palma		X	X	
Pinhal Grande	X		X	
São João do Polêsine	X		X	
Silveira Martins	X		X	
Restinga Seca	X		X	

Fonte: Pesquisa de Campo

A qualificação dos gestores é de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística, pois permite a aplicação eficiente dos conhecimentos e técnicas, visando a qualidade do serviço público. A tabela 2 apresenta dados a respeito do perfil do gestor público de turismo, em relação ao gênero e a idade dos entrevistados quando em cinco municípios os gestores atuantes são mulheres com idade entre 33 e 55 anos e em quatro municípios são homens com idade entre 25 e 33 anos. Também foi identificado que apenas os gestores dos municípios de Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Nova Palma e Restinga Seca, possuem formação superior na área de turismo, os demais gestores têm sua escolaridade variando entre a formação básica do ensino médio e outras formações acadêmicas, conforme apresentado abaixo:

Tabela 2 – Perfil dos gestores de turismo

Município	Gênero	Idade	Formação
Agudo	Feminino	52	Ensino Médio
Dona Francisca	Feminino	45	Graduação em Direito
Faxinal do Soturno	Masculino	33	Ensino Médio
Ivorá	Masculino	25	Graduação em Filosofia
Nova Palma	Masculino	25	Graduação em Turismo
Pinhal Grande	Feminino	55	Graduação em C. Contábeis
São João do Polêsine	Feminino	35	Graduação em Turismo
Silveira Martins	Feminino	33	Graduação em Turismo
Restinga Seca	Feminino	50	Graduação em Turismo

Fonte: Pesquisa de Campo

Os gestores públicos de turismo precisam estar preparados para desenvolver as atividades, esta não é uma tarefa fácil, pois em muitas vezes ele mesmo relata que não responde somente pelo departamento de turismo. O giro de gestor a cada mandato também foi considerado um entrave ao andamento de projetos, prejudicando assim o desenvolvimento da atividade. Desta maneira o próprio gestor aponta que é preciso sempre buscar o aperfeiçoamento e conhecimento técnico, visando a eficiência de seu trabalho junto aos envolvidos direta e indiretamente na atividade turística.

3.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS

O turismo pode ser um forte aliado ao desenvolvimento local dos municípios, principalmente se possuir potencialidades e que os atrativos sejam assim planejados de forma sustentável. Através dos dados coletados foi observado pelo entrevistados, que o potencial para desenvolver a atividade turística é forte na área estudada, principalmente pelo fato de serem municípios pequenos do interior do Estado e estarem abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, abrangendo um enorme potencial natural e pelo fato histórico de sua colonização, fato este também observado quando são confrontados a atribuir uma nota de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima) qual a potencialidade do município em desenvolver o turismo:

Tabela 3 – Potencialidades do município em desenvolver o turismo.

Classificação	Respostas	
	Frequência	Percentual
10	1	11,1
9	2	22,2
8	1	11,1
7	3	33,3
6	1	11,1
5 ou menos	1	11,1
<i>Total</i>	9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Para que haja o desenvolvimento sustentável da atividade turística este deve estar incluído na agenda de políticas públicas municipais. Desta maneira, na tabela 4 é observado que nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana o incentivo ao turismo nas políticas municipais tem em sua maioria pouca importância, sendo explicado pelos entrevistados, pelo fato dos recursos serem primeiramente destinados a atender os serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico, ficando o turismo em segundo plano, o que dificulta o trabalho junto a secretaria de turismo.

Tabela 4 – Classificação atribuída a importância que o incentivo ao turismo tem nas políticas municipais.

Classificação	Respostas	
	Frequência	Percentual
10	-	-
9	2	22,2
8	-	-
7	3	33,3
6	1	11,1
5	3	33,3
<i>Total</i>	<i>9</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pesquisa de Campo

Os atrativos na visão dos gestores, podem ser capazes de preservar a identidade e história do local, servir como ponto de memória, de troca de ideias e culturas, mas precisam ser bem preservados e sinalizados garantido sua importância histórica, servindo como fonte de atração de turistas não apenas a um ponto específico, mas ao município como um todo, fazendo assim com que este turista gire a economia e retorne ao local. Desta maneira, os gestores atribuíram grande importância a seus atrativos para atraírem visitantes/turistas conforme apresentado na tabela 5:

Tabela 5 – Importância atribuída aos atrativos para atrair visitantes/turistas.

Classificação	Respostas	
	Frequência	Percentual
10	1	11,1
9	3	33,3
8	2	22,2
7	1	11,1
6	1	11,1
5 ou menos	-	-
<i>Total</i>	<i>9</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pesquisa de campo

O desenvolvimento de regiões através do turismo é visto como um processo lento, que envolve poder público, privado, comunidade e entidades ligadas ao setor, abrangendo questões econômicas, culturais e sociais dos envolvidos. Os entrevistados quando confrontados de qual nota atribuí ao turismo como fator de desenvolvimento do turismo no município e na região atribuíram notas distintas,

variando da maior a menor importante, conforme observado na tabela 6, fato explicado pela demora no retorno econômico gerado pela atividade.

Tabela 6 – Classificação atribuída a importância que o turismo tem para desenvolver o município e a região.

Classificação	Respostas	
	Frequência	Percentual
10	1	11,1
9	4	44,4
8	-	-
7	1	11,1
6	1	11,1
5 ou menos	2	22,2
<i>Total</i>	9	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Embora apresentem alguns entraves ao desenvolvimento da atividade, foi citado que o turismo não deve ser pensado e planejado de forma isolada, mas sim de forma regional, para que assim, os municípios consigam agregar mais valor aos seus atrativos, além de terem mais voz ativa e mais participação na construção de ações voltadas ao desenvolvimento da atividade.

3.4 IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O turismo é uma atividade de grande importância atuando principalmente na economia dos municípios, onde a participação do poder público no desenvolvimento da atividade turística é essencial, apontada como promotora do desenvolvimento sustentável da atividade. Nos municípios pesquisados sua participação foi citada em oito municípios como sendo ao apoio a eventos e a infraestrutura de acesso e divulgação, apenas no município de Pinhal Grande sua participação foi considerada nula.

Os entrevistados foram questionados também se existe alguma política pública voltada ao desenvolvimento da atividade turística no município, sendo citado apenas nos municípios de Silveira Martins o Plano de Turismo e em Agudo o Conselho de Turismo, estando estes ainda em fase inicial de reconstrução, pois

encontravam-se abandonados, tanto pelo poder público quanto pela comunidade e empreendedores envolvidos.

O desenvolvimento da atividade turística foi considerado como um tripé, onde precisa do envolvimento dos empreendedores, comunidade e poder público-privado, para que as ações reflitam as necessidades reais e não se torne mais um problema ao seu desenvolvimento. Assim, quanto aos obstáculos para desenvolvimento do turismo nos municípios foram citados:

- A conscientização da comunidade em acreditar na atividade turística como fonte geradora de renda;
- Planejamento da atividade a longo prazo;
- Falta de interesse da iniciativa privada em apoiar o turismo;
- Necessidade de infraestrutura de acesso;
- Falta de apoio financeiro;
- A falta de empreendimentos preparados para receber os turistas, principalmente no setor de gastronomia e hospedagem.

Com relação aos obstáculos apontados acima, o ponto mais citado nos foi a falta de participação da comunidade no planejamento de ações e políticas voltadas a atender as necessidades dos próprios envolvidos. Afirmam que somente ao se constituir esta integração poderá ser feito um trabalho em conjunto, planejando a atividade de modo a satisfazer interesses em comum.

Os entrevistados também foram questionados a respeito se existe alguma política pública voltada a apoiar e orientar o desenvolvimento da atividade turística de forma regional, sendo apontado nos nove municípios o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia a qual são integrantes (CONDESUS), este então criado em 1996, tendo o papel de planejar, captar recursos através de projetos. Não somente criado para desenvolver estes municípios, mas para agregar mais dois municípios com características peculiares (Agudo e Restinga Seca).

O Consórcio foi apontado como uma forma de integração entre os nove municípios, pois através dele se poderia captar recursos voltados ao turismo, porém o município de Restinga Seca destaca que esta integração não trouxe muitos

benefícios, visto que sua localização é distante dos demais municípios que compõem a Quarta Colônia.

Para que o desenvolvimento da atividade aconteça de forma satisfatória foi citado ser necessário dar continuidade ao projeto, principalmente debatendo as ações conjuntas e individuais de cada município. Os entrevistados apontaram que até o ano de 2014, eram realizadas mensalmente reuniões com os integrantes do CONDESUS, estas eram convocadas por um conselho formado pelos próprios gestores que o compõem, onde eram apresentadas as prioridades, expectativas e realidades, debatendo assim ações conjuntas, mas que estas reuniões não estão sendo realizadas no ano atual, conforme tabela abaixo:

Tabela 7 - Frequência das reuniões do CONDESUS

Ano	Frequência	
	1° semestre	2° semestre
2013	Mensal	Mensal
2014	Mensal	Bimestral
2015	Não realizada	----

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto a integração entre os municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS foi considerada fraca, visto que não existe um roteiro integrando todos os municípios e há principalmente uma carência perante o poder público em apoiar o desenvolvimento do turismo através de incentivos financeiros e técnicos, firmando parcerias principalmente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), qualificando os empreendedores e desenvolvendo os atrativos de forma a atrair mais visitantes, fazendo desta forma com que haja um giro na economia dos municípios com a atividades turísticas.

3.5 DISCUSSÕES DOS DADOS

Através da análise dos dados coletados e apresentados foi possível identificar a ação do gestor público de turismo em cada município que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana e identificar as políticas públicas desenvolvidas para o turismo de forma regional.

Percebeu-se que a atividade turística ainda não é considerada como destaque na economia dos municípios, observado pela falta de interesse dos governos municipais em investir no setor, principalmente em relação ao ingresso dos gestores, onde muitos são contratos políticos, o que dificulta o andamento do setor, ficando evidente que o turismo não é prioridade na agenda de políticas municipais.

Foi salientada a necessidade de investimentos dos próprios municípios na infraestrutura da oferta turística em hotéis e restaurantes para receber um maior número de turistas, visto que os municípios são carentes nesta área, não apenas na parte física, mas também na qualificação do empreendedor.

Quanto aos gestores de turismo, foi perceptível a necessidade de capacitação e conhecimento técnico para gerir a atividade de forma eficiente, elaborando projetos e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo.

Desta maneira foi percebido que é essencial o planejamento adequado da atividade turística, visando o bem-estar e a qualidade de vida dos envolvidos com a atividade. Pensando o turismo a longo prazo, planejando as estratégias de manutenção e conservação dos atrativos, com um maior esforço dos governantes e comunidade no planejamento e consolidação dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão do Curso em Gestão Pública teve como propósito a identificação das políticas públicas desenvolvidas na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, através dos gestores públicos de turismo em cada município. Além disso, a pesquisa visou contribuir para identificar as principais dificuldades para o desenvolvimento do turismo de forma regional.

Consiste em um importante passo no planejamento turístico regional, uma vez que se organiza em uma espécie de diagnóstico da atual gestão do turismo regional na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. A partir dele, os administradores municipais poderão verificar as necessidades e propor ações voltadas ao desenvolvimento do turismo regional integrado, como por exemplo, criação de concurso público para o cargo de agente de turismo, criação de conselhos de turismo, parcerias com as universidades e entidades, visando assim a qualificação do serviço público prestado.

É imprescindível reconhecer que este trabalho mostra apenas a visão dos gestores públicos de turismo atuantes no período do então estudo, acerca da realidade e importância da atividade turística, não podendo ser considerado como um relatório pronto, mas suas informações são muito relevantes na construção de novas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento da atividade.

Por fim, ficou evidente que o município não consegue, isoladamente, torna-se um forte e atraente destino turístico, devido aos vários fatores que afetam a oferta e, principalmente, por se tratarem de municípios distantes de grandes centros urbanos. Assim a permanência no CONDESUS/QUARTA COLÔNIA precisa ser fortalecida para que o turismo consiga desenvolver-se de forma regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHTON, M. S. G. ;GARCIA, R. K. . **Planejamento e Gestão Pública**: reflexões sobre o desenvolvimento turístico de Novo Hamburgo, a partir da investigação do perfil do visitante. *Turismo. Visão e Ação (Itajaí)*, v. 10, p. 185-203, 2008. Disponível em: <siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/download/627/520>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

BARROS, M. O, et al. O desenvolvimento do Turismo: uma visão sistêmica. **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas** – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008

BARROS., O. et al. O Desenvolvimento do Turismo: Uma visão sistêmica. **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas** – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008. Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/F/F_158.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

BENI, C., M. Política e estratégia do desenvolvimento regional - Planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo Cezar (Orgs.). **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 165-171.

BIANCHI. C., A. **Avaliação de Propostas Públicas Municipais e Regionais no Âmbito do Planejamento Integrado do Turismo Sustentável na Quarta Colônia, RS, Brasil**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 2007

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2004

_____. Brasil. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 4: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. – Brasília, 2007. 67 p

_____. Ministério Do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 61p.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão**. Brasília, 2007. 83 p.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170p. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CAVACO, C. Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta? In.: ALMEIDA, A, J. SOUZA, M. (Org.). **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS\UFSM, 2006. p. 63–104.

CARVALHO, R., C. **As Políticas Públicas de (Re)Ordenamento do Turismo no Brasil e Suas Repercussões para a Região Nordeste: Novas Ações do Governo Estadual Baiano**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v.1, julho a dezembro de 2014, p. 48-63. Disponível em:
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/2713/65>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DALL AGNOL, S. **Impactos do Turismo X Comunidade Local**. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (UCS) 2012. Disponível em:
<http://www.ucs.br/ucs/tplV/SeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt02/arquivos/02/06_Dall_Agnol>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DENCKER, A. F. M. **Método e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DE BONI, L. A., COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. ilustr. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Brasiliense. 1984.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

ELESBÃO, I. ALMEIDA, J, A. O turismo rural como vetor de desenvolvimento local: a experiência de São Martinho/SC. **Economia e Desenvolvimento**. n. 13. Ago. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

KASTENHOLZ, E. A segmentação de mercado como ferramenta estratégica no contexto do turismo rural. In.: ALMEIDA, A, J. SOUZA, M. (Org.). **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS\UFSM, 2006. p. 154- 171.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HENZ, A. P. ; LEITE, F. C. L. ; ANJOS, F. A. . **Refletindo as Políticas Públicas para o Turismo**: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In: VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - SEMINTUR, 2010, Caxias do Sul. VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - SEMINTUR, 2010. Disponível em:

<http://www.ucs.br/ucs/tplSeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_semintur/anais/gt04/arquivos/04/Refletindo%20as%20Politic%20Publicas%20para%20Turismo%20uma%20retrospectiva.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

KOTLER, F. **Marketing**. São Paulo: Atlas. 2000.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n.2 p. 31 - 46, maio/ago. 2012. Disponível em: <cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/viewFile/7333/4372>. Acesso em: 09 abr. 2015.

MARCONI, M, de A., LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENEZES, F, C, C, S. et. al. **A importância do produto turístico**: a Casa das Tulhas em São Luis. 2009 Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos1/Importancia_do_produto_turistico_a_casa_de_tulhas_em_sao_luis.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

OLIVEIRA, B. G. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE, Curitiba**, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, B. G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE, Curitiba**, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/crescimento%20e%20desenvolvimento%20texto.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

PICCIN. E. **O Código Cultural Religião Como uma das Manifestações da Identidade Cultural da Quarta Colônia De Imigração Italiana/RS**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) da Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2009. Apud FEE – Fundação de Economia e Estatística, 2005. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2706>. Acesso em: 05 mar. 2015.

PREFEITURA DE AGUDO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.agudo.rs.gov.br/o-municipio/historico>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE DONA FRANCISCA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.donafrancisca.rs.gov.br/municipio/historia>>. Acesso em: 05 abr. 2015. de 2015

PREFEITURA DE FAXINAL DO SOTURNO. **Histórico**. 2015. Disponível em: <<http://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/2/o-municipio/1/historico>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE IVORÁ. **Histórico**. Disponível em:

<<http://www.ivora.rs.gov.br/pagina/495/historia>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE NOVA PALMA. **Histórico**. Disponível em:

<<http://www.novapalma.rs.gov.br/o-municipio/historico>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE PINHAL GRANDE. **Histórico**. Disponível em:

<<http://www.pinhalgrande.rs.gov.br/o-municipio/historico>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE RESTINGA SECA. **Histórico**. Disponível em:

<<https://www.restingaseca.rs.gov.br/siteitem/areadinamica/8/3/10/historia.html>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO POLESINE. **Histórico**. Disponível em:

<<http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/historico.aspx>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PREFEITURA DE SILVEIRA MARTINS. **Histórico**. Disponível em:

<<http://silveiramartins.rs.gov.br/silveira-martins-berco-da-quarta-colonia/>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

RAUBER., F. O Turismo No Espaço Rural No Município de Jaguari/RS: Análise do Processo de Desenvolvimento. 2012. Apud SOUZA, M. J. L. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?** In: RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 17-22.

RUSCHMANN, D; TOLEDO, K. **Turismo**: uma visão empresarial. São Paulo: Manole, 2004.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SAAD, D. S. ; SAAD, D. S. ; MACHADO, M.V. M. . QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA, PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO PLANALTO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL, NO SUL DO BRASIL. **Revista América Patrimônio**, v. 4, p. 55-68, 2012. Disponível em:

<http://www.revistaamericapatrimonio.org/art_4_4.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015.

SANTIN, S. e ISAIA, A. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990

SEBRAE, 2008. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em:

<<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 10 Abr. 2014.

TULIK, O. Turismo no espaço rural: segmentação e tipologia. In: ALMEIDA, J, A. SOUZA, M, (Org.). **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS–UFSM. 2006. p. 107-119.

TRIGO, L. G. G. et.al. **Aprendiz de Lazer e Turismo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Aprendiz_de_Lazer_e_Turismo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

TRIGUEIRO, C. M. **Marketing e Turismo**: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Informações Gerais do Gestor Público

Entrevistado:

Cargo/Função:

Forma de Ingresso: Efetivo () Contrato ()

Idade:

Município:

A quanto tempo trabalha no setor de turismo do município:

Formação:

Possui cursos de qualificação na área turística?

() Não

() Sim, quais

Importância da atividade turística e políticas públicas desenvolvidas

1. Quais são os principais atrativos turísticos do município.

2. Qual a participação do Poder Público no desenvolvimento da atividade turística?

3. Você acha que existem obstáculos ao desenvolvimento do turismo no município?

() Não

() Sim, quais

4. Existe alguma política pública voltada a apoiar e orientar o desenvolvimento da atividade turística no município?

() Não

() Sim, quais

5. É voltada ao apoio do desenvolvimento turístico regional da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS?

- () Não
() Sim, quais

6. São realizadas reuniões a respeito da atividade turística, com os demais municípios integrantes da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS?

- () Não
() Sim, com que freqüência.....

7. Como você a integração da atividade turística com os demais municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS?

Relações entre turismo e desenvolvimento do município.

1. Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima) qual a potencialidade do município em desenvolver o turismo.

- (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

2. Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima) qual a importância que o incentivo ao turismo tem nas políticas municipais.

- (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

3. Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima) que importância atribui aos atrativos para atrair visitantes/turistas.

- (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

4. Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima) que classificação atribui ao turismo para desenvolvimento do município e da região.

- (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)